

Eswaran, Mukesh (2014), *Why Gender Matters in Economics*

Miguel Oliveira



Electronic version

URL: <http://rccs.revues.org/6507>
ISSN: 2182-7435

Publisher

Centro de Estudos Sociais da Universidade
de Coimbra

Printed version

Date of publication: 1 décembre 2016
Number of pages: 153-155
ISSN: 0254-1106

Electronic reference

Miguel Oliveira, « Eswaran, Mukesh (2014), *Why Gender Matters in Economics* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 111 | 2016, colocado online no dia 07 Dezembro 2016, criado a 14 Dezembro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/6507>

The text is a facsimile of the print edition.



Recensões

Eswaran, Mukesh (2014), *Why Gender Matters in Economics*. New Jersey, NJ: Princeton University Press, 396 pp., 1.^a edição.

Mukesh Eswaran, autor do livro em análise, é professor na Vancouver School of Economics da Universidade de British Columbia, Canadá, Senior Fellow do Bureau of Research and Economic Analysis of Development e investigador associado da organização Theoretical Research in Economic Development. Os seus trabalhos focam questões de desenvolvimento económico associados às desigualdades de género na Economia.

M. Eswaran apresenta como circunstância inspiradora deste livro a quase inexistência de livros de Economia abrangendo os tópicos que pensa terem relevo para a compreensão do papel das mulheres na economia: “Não consegui encontrar um livro que oferecesse uma visão abrangente da vida económica das mulheres” (p. xi). Não é, pois, de admirar que o livro proceda a uma revisão de literatura científica multidisciplinar em torno da questão de saber por que razão o género devia interessar à ciência económica. Fazendo recurso a propostas de leitura tão distintas como o feminismo, o marxismo, o pós-modernismo, a psicologia, a biologia e a ciência política, a questão proposta é a de saber porque deve o género interessar mais à ciência económica do que aparentemente parece já acontecer. Em particular, como acomodar efeitos do comportamento cujas causas remetem para tais abordagens disciplinares com leituras mais potentes do que as permitidas exclusivamente por modelos económicos dominantes.

O eixo de questionamento que perpassa o livro centra-se na tentativa de estabelecer

como, em contexto económico e não económico, o comportamento determinado por razões económicas e não económicas (culturais, sociais e psicológicas) se revela à partida genderizado. As diferenças manifestas na economia resultam, pois, do concurso dos diferentes fatores em jogo, dos seus pesos e das suas interações.

Partindo da simples constatação de que: “[...] pequenas diferenças e vantagens relativamente menores (tais como a força física nos homens) podem ser amplificadas para produzir diferenças de resultados notórias no campo económico” (p. 1), o livro apresenta as diferenças de comportamento de homens e mulheres em contexto económico a partir de ângulos bem diversos: porções a atribuir à biologia, à psicologia e à socialização; distribuição de poder no casal/agregado familiar; razões para a diferença de poder decisório de homens e mulheres e causas da sua persistência atual; o porquê da preponderância da divisão de trabalho ser ainda hoje, para as mulheres, a da atribuição de tarefas ancestrais de trabalho doméstico e cuidados com as crianças; o papel dos mercados na determinação do bem-estar das mulheres; discriminação das mulheres nos mercados; consequências da globalização para o bem-estar económico e social das mulheres; consequências do matrimónio, contraceção e fertilidade para as mulheres, comparativamente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; fatores económicos determinantes na aquisição de direitos políticos (sufrágio) e efeitos no bem-estar económico e social; e, finalmente, como empoderar as mulheres.

As discussões decorrem em torno de quatro módulos organizados em capítulos, que se seguem a um primeiro capítulo introdutório. Uma característica que se destaca é a da existência de uma seção de “Exercícios e questões para discussão” no fim de cada capítulo. Embora tal faceta possa emprestar ao livro um cariz pedagógico mais tradicional, a verdade é que o restante texto não segue tal modelo. De leitura acessível, o texto não oferece dificuldades de interpretação, exceto em alguns, poucos, pontos de tecnicidade mais exigente (por exemplo, sobre modelos de negociação). Numa apreciação global, acaba por ser um livro para estudantes de licenciatura, tal como no Prefácio o autor confessa ter sido o seu desígnio, sendo as questões “[...] tratadas a um nível não técnico que presume apenas conhecimento dos princípios básicos da economia” (p. xi).

O Módulo 1, “Matérias fundamentais”, procura estabelecer quais os mecanismos centrais sociais, psicológicos e económicos que determinam as diferenças de género. Este módulo é composto de dois capítulos: 2 – “Comportam-se homens e mulheres de modo diferente em situações económicas?” e 3 – “O que determina o equilíbrio de poder no agregado familiar?”

O Módulo 2, “Género nos mercados”, discute o papel das mulheres nos mercados e o grau de discriminação que aí encontram num pano de fundo geral de globalização. Composto de três capítulos: 4 – “São as mulheres discriminadas negativamente no mercado de trabalho?”, 5 – “De que modo os mercados de crédito afetam o bem-estar das mulheres?” e 6 – “Que efeitos tem a globalização nas mulheres?”

O Módulo 3, intitulado “Casamento e fertilidade”, aborda questões de natureza mais institucional e sociológica em três capítulos: 7 – “Quão bem se dão as mulheres na instituição casamento?”, 8 – “Porque

são as mulheres causas e vítimas do declínio da fertilidade?” e 9 – “Que benefícios tiraram as mulheres do acesso melhorado ao controlo de natalidade?”

No Módulo 4, intitulado “Empoderar as mulheres”, discutem-se formas de promoção do desenvolvimento e reforço da autonomia decisória e económica das mulheres. Composto dos dois últimos capítulos: 10 – “Como as mulheres alcançaram o sufrágio e quais os seus efeitos económicos?” e 11 – “Como podem as mulheres ser empoderadas?”

É neste último capítulo do Módulo 4 (Capítulo 11) que se concentram as “lições” colhidas em módulos anteriores. Seja no mercado de trabalho ou de crédito (Capítulos 4 e 5 do Módulo 2) ou no acesso ao planeamento familiar das mulheres (Capítulo 9 do Módulo 3), as consequências de diferenças biológicas e/ou psicológicas, caucionadas por formações sociais (sociedade patriarcal) e culturais (casamento), traduzem-se em práticas económicas reprodutoras que a Economia (mercados competitivos) só consegue contrariar parcialmente (Módulo 2). Perante a insuficiência de modelos estritamente económicos (por exemplo, salários de eficiência ou gosto pela discriminação) para a explicar e desmontar as desigualdades, torna-se necessário encontrar, por entre mecanismos não económicos que delas deem conta, as vias da sua superação. A este propósito, o autor aponta duas linhas de ação frutuosas no empoderamento das mulheres. Por um lado, a evidência que o papel da educação tem na determinação de autonomia das mulheres (nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento) e que tem conexão conhecida nos países mais desenvolvidos com o incremento de liberdade face ao casamento, à fertilidade e à contraceção, todas promovendo a desmontagem de desigualdades. Em países em desenvolvimento, os movimentos de

globalização parecem ter trazido maior rendimento e liberdade de escolha às mulheres, pelo que, por força de razão, aí a educação, com as suas consequências de autonomização da mulher, constitui uma via de superação de preconceitos e práticas discriminatórias que minam formações sociais e culturais atávicas. Por outro lado, o acesso das mulheres ao sufrágio, com o apoio renitente, mas efetivo, de legisladores (homens), constituiu um avanço maior na equalização das desigualdades. Eswaran sugere que o poder da legislação preventiva das desigualdades à partida (por exemplo, quotas), que resultaram em grande medida nos EUA, não deve ceder à facilidade de esquecer as consequências indesejáveis para as mulheres, principalmente em países menos desenvolvidos (por exemplo, na Índia). Mais ainda, do ponto de vista

económico, o crescente aporte de mulheres nos sistemas de ensino e no mercado de trabalho (com a correlativa expressão de preferências de consumo genderizadas), obrigam a dar atenção ao papel que as mulheres cada vez mais têm como alvos de políticas sociais de apoio à família, infância, saúde e poupança. As características das mulheres que inspiram novas políticas sociais de apoio à família são as mesmas que se exprimem na negociação (por exemplo, altruísmo *vs.* interesse próprio, cooperação *vs.* competição) (Capítulo 2) e nas escolhas de consumo que, em contextos específicos (agregado familiar, Capítulo 3), constituem ainda, ironicamente, ameaças de estereótipo (Capítulo 2) que minam o seu desempenho.

Miguel Oliveira

Wall, Karin; Almeida, Ana N. de; Vieira, Maria M.; Cunha, Vanessa (coords.); Rodrigues, Leonor; Coelho, Filipa; Leitão, Mafalda; Atalaia, Susana (2015), *Impactos da crise nas crianças portuguesas: indicadores, políticas, representações*. Lisboa: ICS/OPI/OFAP, 218 pp.

A recente crise económica portuguesa tem manifestado um alcance, em termos dos seus impactos, que extravasa aquilo que é revelado nos indicadores quantitativos, geralmente relacionados com uma análise mais extensiva. A obra *Impactos da crise nas crianças portuguesas* pretende responder a dois objetivos principais: primeiro, a partir das narrativas das crianças, e reconhecendo-as enquanto vozes legítimas na produção de discursos, visibilizar os impactos da crise no seu dia-a-dia e respetivas consequências; em segundo, e de forma mais ampla, dar conta de uma série de dados estatísticos que caracterizam a infância em Portugal, mapeando o papel das políticas públicas com repercussões na vida das famílias portuguesas, em geral e das crianças, em particular.

O livro é composto por quatro partes, sendo cada uma delas um capítulo. As duas primeiras incidem numa abordagem macro, tendo como propósito analisar, desconstruir e sistematizar indicadores sociais relativos à situação das famílias e das crianças, observando, em simultâneo, as políticas públicas no mesmo domínio, nos últimos anos em Portugal, que correspondem ao período de crise. A terceira parte, correspondente ao terceiro capítulo, situa-se numa abordagem micro, dando conta dos discursos das crianças sobre a sua perceção da crise e dos respetivos impactos. Na quarta e última parte estão reunidas as principais conclusões do estudo realizado, e tecem-se algumas recomendações no sentido de contribuir para uma melhoria da situação

económica das crianças e jovens num contexto de austeridade.

Em traços gerais, a obra constitui um contributo científico para a atual revisão, sistematização e mapeamento dos indicadores sociais situados no período da crise económica portuguesa. Sobretudo, a análise incisiva ao nível dos indicadores permite-nos ter um olhar mais crítico sobre os dados que muitas vezes, ao serem apresentados de forma simplista, distorcem o seu significado.

Entrevistar crianças e jovens é, também em si, inovador. Como referem as autoras, estes sujeitos são normalmente invisibilizados, não tendo lugar para produzir os seus próprios discursos, sendo substituídos pelas vozes dos adultos. No entanto, torna-se importante trazer para esta reflexão crítica a posição privilegiada que as crianças e jovens têm relativamente aos impactos da crise e ao modo como a sentem, sendo importante recuperar as funções que as/os filhas/os assumem nas famílias portuguesas contemporâneas, e relembrar o peso que a dimensão afetiva¹ alcança. Podemos, assim, admitir que os impactos e as consequências da crise chegam às/aos mais novas/os, já com algum “amortecimento” afetivo. A primeira parte apresenta a situação atual das crianças e jovens a partir dos indicadores sociais. No primeiro capítulo são apresentados indicadores de pobreza, exclusão e de bem-estar infantil. É importante destacar alguns dos resultados: desde 2008 que as crianças e jovens constituem a faixa etária com maior risco de pobreza em Portugal; as famílias com crianças a cargo têm maior incidência do risco de pobreza, em detrimento das famílias sem crianças; esse risco aumenta sobretudo nas famílias numerosas

(40,4%), seguidas das monoparentais (33,1%); também a condição perante o trabalho é indicadora da taxa de risco de pobreza, com maior probabilidade de verificar-se nos agregados monoparentais desempregados (90,2%) e agregados com dois adultos desempregados (53,2%); entre 2010 e 2013 o número de casais inscritos nos centros de emprego passou de 1530 para 12 065 (um aumento de 688%); no que respeita à privação material, em 2013, em Portugal, 29,2% das crianças vivia em agregados com privação material.

A segunda parte da obra elenca os diferentes apoios sociais facultados através das políticas públicas, no contexto de crise. Os dados mostram que, entre 2010 e 2013, assistiu-se a uma redução das formas de apoio económico, por parte do Estado, às famílias portuguesas. Prestações de carácter pecuniário, tais como o abono de família, ação social escolar, subsídios sociais de parentalidade, rendimento social de inserção e subsídio social de desemprego, tornaram-se mais restritas, diminuindo a elegibilidade das famílias. Também a fiscalidade foi alvo de atenção, revelando-se uma subida da carga fiscal, o aumento dos preços e do custo de vida em geral (salienta-se o aumento do IVA entre 2010/2012 e a atualização do valor patrimonial dos imóveis, traduzindo-se num imposto municipal sobre imóveis mais elevado e com menos regalias em termos da sua isenção). Numa análise comparativa face aos restantes países da OCDE em 2012, relativa à despesa pública com prestações familiares – seja em dinheiro, serviços ou deduções fiscais –, Portugal surge na vigésima terceira posição, no quadro dos 34 membros da organização.

¹ É possível confirmar a importância das/os filhas/os através das suas funções no trabalho de Cunha, Vanessa (2005), “As funções dos filhos na família”, in Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal – Percursos, interações, redes sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 465-497.

Na terceira parte do livro são apresentados os resultados da abordagem empírica, em termos micro, a partir de 77 entrevistas realizadas a crianças e jovens. As autoras procuraram compreender a sua perceção da atual crise, e a forma como identificam os seus impactos no quotidiano. As variáveis sociodemográficas da amostra estruturaram-se em oito critérios: idade (8-12; 14-17); sexo (masculino e feminino); regiões de Portugal continental (Norte, Centro e Sul do país); local de residência (urbana, suburbana e rural); classe social (baixa, média e alta); tipos de família (monoparental, nuclear ou recomposta); vulnerabilidade económica (sem, alguma ou alta); e outras vulnerabilidades (onde as autoras integraram a deficiência – física ou mental –, doença crónica e minoria étnica). O conteúdo deste capítulo está organizado em torno de quatro eixos de análise: definir a crise; os seus impactos; como vencer a crise (estratégias e soluções); retratos sociológicos das crianças e jovens. A informação apresentada é extremamente interessante, mas o texto coloca-se num plano predominantemente descritivo. Uma reflexão mais aprofundada e um maior detalhe analítico a partir dos discursos seria relevante. Por exemplo, há uma indiferenciação de pistas analíticas ao longo dos tópicos que são apresentados e verifica-se a dificuldade em situar os discursos num antes e depois da crise. Finalmente, na quarta parte é apresentada uma súpula dos resultados obtidos nos três capítulos anteriores e são propostas recomendações relativamente à proteção e melhoria da situação das crianças e jovens no período de crise.

Não obstante o interesse manifesto do tema tratado e dos resultados obtidos, a obra suscita duas observações críticas: a primeira

relacionada com a estrutura que é adotada e a forma como condiciona a análise é realizada; a segunda, sobre a adequação do modelo de consentimento informado para os diferentes grupos de entrevistadas/os. A forma como o livro está disposto permite ler cada parte, individualmente, sem prejudicar a compreensão do que é apresentado em cada capítulo. Assim, esta organização permite a leitura dissociada entre o nível extensivo e intensivo da análise que foi realizada. Contudo, sendo o objetivo principal das autoras dar voz às crianças e jovens através da técnica de entrevista, afirmando-as enquanto sujeitos capazes de reconhecer os impactos da crise e detentoras de uma perspetiva fundamentada sobre o tema, teria sido interessante ir mais além e cruzar os dados obtidos na abordagem macro, com os discursos das crianças e jovens entrevistadas//os, materializando os indicadores sociais e dando um rosto aos indicadores.

A segunda questão diz respeito à indiferenciação que foi dada ao modelo do consentimento informado, na recolha de dados com crianças e jovens. Quando consultamos o documento (modelo de consentimento), a exposição que é feita relativamente aos objetivos de estudo facultados às crianças entre os 8-12 anos é de igual modo dada aos jovens entre os 14-17 anos, questionando a adequação da mensagem ao primeiro grupo etário.

A obra é um importante contributo para conhecer os impactos da crise económica e social do país, ajudando a desbravar um terreno tantas vezes esquecido nas discussões políticas, pese embora a sua relevância social – as condições de vida das crianças portuguesas.

Andreia Barbas

Caleiras, Jorge (2015). *Para lá dos números – As consequências pessoais do desemprego*. Coimbra: Almedina, 217 pp. *

Neste livro, Jorge Caleiras desafia o leitor a olhar para o fenómeno do desemprego a partir das representações e do sentir dos próprios desempregados. Os constrangimentos pessoais destes, as circunstâncias que os envolvem, bem como as percepções em torno do mecanismo de intervenção pública, são o mote para um tratamento despido dos quadros, gráficos, equações e regressões tão frequentes nas abordagens macrosociais e económicas (que o autor não descuidou na tese de doutoramento que deu vida a esta obra). Trata-se de um livro sobre desempregados, em que a análise das consequências pessoais das situações de inatividade indesejada parte de 36 casos representativos dos diversos perfis sociológicos desses mesmos desempregados, permitindo explorar as relações entre desemprego e pobreza, questionar e desafiar conceptualizações que tendem a reificar-se acriticamente, examinar linhas de intervenção pública e sugerir caminhos de melhoria da atuação dos agentes com competências de intervenção.

Este livro resulta de uma aturada pesquisa desenvolvida pelo autor no âmbito do seu projeto doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. A problemática do desemprego não é estranha ao autor que, como sociólogo e enquanto quadro do Instituto de Segurança Social, tem convivido com as questões teóricas, com as políticas e com os meandros da operacionalização das medidas de promoção do emprego e de combate à exclusão social. Nesta obra, organizada em 11 capítulos, os primeiros dois capítulos introduzem

conceitos e discutem as relações entre desemprego e pobreza, deixando os dois capítulos finais para a discussão de questões em torno do desenho e da implementação das políticas sociais de emprego. De permissão, sete capítulos abordam as experiências, as percepções e as representações das pessoas desempregadas. Este miolo materializa e dá densidade à abordagem do autor. São relatos de vida, “histórias no sentido biográfico e narrativo do termo. Histórias sempre singulares e irredutíveis, mas que precisamente por isso, nos falam e nos tocam” (p. 45). São os 36 casos (num milhão, como atesta o autor), que põem a descoberto os perfis pessoais e familiares do desemprego e que permitem identificar fatores que explicam as dificuldades em (re)ativar percursos de inserção laboral.

Os modos como os indivíduos são envolvidos nas teias do desemprego são examinados desde o terceiro até ao sexto capítulo, com base nas trajetórias de vida das pessoas através das dimensões escolar, formativa, familiar e social. Discorre-se sobre a escola que se teve e a que faltou, a qualificação obtida e a requalificação pretendida, as perspetivas futuras e os constrangimentos presentes, os meandros da precariedade e da informalidade, bem como sobre a multiplicidade das causas que levaram à inatividade indesejada. As experiências concretas dos desempregados e as mudanças ocorridas nas suas vidas permitem a Jorge Caleiras abordar os significados do trabalho e do desemprego e as representações dos indivíduos em relação a essa condição. As questões da dignidade, da utilidade social

* O trabalho de investigação desenvolvido no CETRAD pelos autores desta resenha é financiado por Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, na sua componente FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) [Projeto n.º 006971 (UID/SOC/04011)] e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2013.

e da valorização subjetiva associadas ao trabalho são, neste âmbito, equacionadas, recorrendo aos testemunhos dos entrevistados para descrever os sentimentos negativos (desapontamento, desilusão, frustração e revolta) de estar involuntariamente numa condição de inatividade. Segue-se o dissecar das condições materiais de existência, as estratégias para viver com menos rendimentos e com mais privações, com o endividamento, com a dependência face a outros e com a necessidade de acolher e acompanhar ascendentes dependentes. Neste quadro de dependência é analisado o papel dos dispositivos de proteção institucional, com ênfase para o subsídio de desemprego, uma “bengala” de suporte vital (para muitos, a diferença entre o mínimo e o nada).

O quotidiano reestruturado pela perda do emprego (nalguns casos não se dá uma manifesta rotura), as estratégias de ocupação do tempo e as rotinas de vida familiar, assim como as modalidades de busca de emprego e a incorporação nos circuitos do trabalho informal, são o foco dos capítulos sétimo e oitavo. A partir das experiências dos entrevistados, compreende-se que passa a haver mais tempo disponível para a família e para tarefas domésticas. Com o desaparecimento das sociabilidades no contexto da organização patronal verifica-se um abrandamento na participação e na interação social. Paralelamente, a procura de emprego revela-se, em geral, pouco sistemática, operando a partir das redes interpessoais, já que as expectativas quanto ao Centro de Emprego são baixas. A desvitalização dos sistemas de emprego local, mais notória em territórios de baixa densidade e com tecidos económicos mais frágeis, promove a vulnerabilidade dos desempregados, atreitos a ficarem reféns de soluções – quando estas existem – precárias ou do *mau emprego*. Soluções estas que podem, em alguns contextos, contribuir para a produção de representações suavizadas de pobreza. Esta, assim matizada

e integrada, afirma o autor, “num sistema social que a tolera e aceita, torna-se invisível e, portanto, é como se não existisse. Porém, ‘está lá’, existe e é extensa, constituindo uma realidade enraizada, estável e difícil de combater” (p. 132).

As vulnerabilidades pessoais e sociais associadas ao desemprego e ao risco de pobreza são analisadas nos capítulos décimo e décimo primeiro. Aí são discutidas as fragilidades das políticas públicas e a inconsistência das medidas de promoção do emprego a partir de entrevistas a diversos atores e agentes institucionais. Um exercício que Jorge Caleiras desenvolve sem deixar de contextualizar o que designa de “europeização das políticas sociais e de emprego” (p. 135), sobretudo na sua orientação para a redução das medidas passivas (por exemplo, subsídios de desemprego) e para um envolvimento mais ativo dos desempregados na sua reinserção laboral, isto enquanto beneficiários de sistemas de subsidiação. Neste âmbito, à sedução do discurso das políticas de ativação contrapõe-se uma série de estrangimentos ao nível da implementação das medidas, reconhecendo que, de um modo geral e apesar da controvérsia em seu torno, as políticas ativas de emprego têm méritos. O problema parece residir nas debilidades dos contextos em que as medidas operam, devendo-se, para contrariar ou corrigir os desajustes entre o desenho das políticas e as condições de implementação prática no terreno, dar continuidade a iniciativas promotoras de uma melhor adequação das medidas aos territórios.

E da parte dos agentes institucionais, como veem e lidam com o fenómeno do desemprego? E porque não cruzar os discursos dos desempregados com as representações dos agentes institucionais que lidam com a questão do desemprego? É o que faz Jorge Caleiras no final do livro, ao analisar criticamente as estratégias ativas de combate ao desemprego baseadas na individualização,

propondo melhorias no desenho das políticas e na conceção de programas orientados para um reforço dos mecanismos e do protagonismo da intervenção de base territorial.

Em suma, este livro é uma obra importante, um contributo para o debate público sobre a problemática do desemprego e das estratégias para lidar com ela e representa um instrumento para quem se defronta profissionalmente no terreno com o problema e com os sujeitos. Integrando na sua análise as idiosincrasias territoriais, explicita o potencial de risco associado ao desemprego e esclarece como a conjugação de fatores contribui para que o desemprego atue como catalisador dos riscos sociais, nomeadamente

quando se trata de desemprego prolongado associado a baixas qualificações, ao baixo capital social dos indivíduos, à baixa participação cívica e ao recuo das redes de suporte formal e informal. A sua dimensão crítica assoma, desde logo, quando se interpela os conceitos de pobreza, exclusão, desemprego e emprego. O autor desenvolve um exercício que ajuda a ler criticamente o modo como as políticas sociais são formuladas e como se desenham as medidas e os mecanismos de intervenção. Trata-se de uma referência a reter por todos quantos se interessem pela questão do desemprego e pela análise das políticas e dos dispositivos de intervenção.

Leonida Correia e Pedro Gabriel Silva

Miriano, Costanza (2013), *Cásate y sé sumisa: experiencia radical para mujeres sin miedo*. Granada: Editorial Nuevo Inicio, 215 pp.

La filosofía de la superioridad masculina sobre la femenina está llena de tautologías y cuando un nuevo enunciado de esta índole se presenta, y en forma de compendio, para “aleccionar” a las mujeres, parece imposible que podamos continuar sorprendiéndonos con escritores que dejan moribundos a los avances efectuados por la equidad de género. Y a pesar de todo, pasa.

En el mundo hispano, por ejemplo, ya se contaba con textos como el Manual de Urbanismo de Manuel Carreño¹ que especifica cómo una dama debe servir la mesa, colocar los platos, vasos, alimentos y cómo las reglas de la urbanidad deben ser seguidas con mayor rigurosidad por las mujeres debido a su sexo y para mantener una feminidad tímida y opacada frente a un hombre. El libro fue recomendado como texto guía y usado en los colegios para educar a los adolescentes. Pero como la obra fue publicada

en 1853, el contexto de la época lograba que algunos lectores “perdonen” el pensamiento del autor venezolano. La historia parecía quedar por ahí...

Sin embargo, un nuevo manual apareció para superar al autor. Costanza Miriano, periodista italiana, decidió escribir una nueva guía sobre los papeles de género. Su libro *Cásate y sé sumisa: experiencia radical para mujeres sin miedo* es una “orientación” para los adultos solteros, casados y al límite del divorcio, para que conozcan que la obediencia de la mujer es la clave del éxito en un matrimonio.

Miriano manda al fondo cualquier avance de los Derechos Humanos y del feminismo basándose en la Biblia y en los paradigmas católicos para respaldar su pensamiento. El texto de 215 páginas y escrito de forma epistolar para sus amigos con relaciones complicadas (como las de cualquier ser

¹ Carreño, Manuel Antonio (1998), *Manual de urbanidad y buenas maneras*. Colombia: Plaza y Janés Editores [ed. orig.: 1853].

humano) o sin ninguna relación, fue publicado en italiano en 2011 y traducido en Noviembre de 2013 al español, por disposición del Arzobispado de Granada, España. Desde el inicio la autora deja claras tres cosas: la primera es que tener amigos sirve “fundamentalmente” para repartir consejos, aunque ellos ni los necesiten o menos aún los soliciten, porque esta actividad de aleccionar a los demás le parece sumamente gratificante. La segunda es que las proclamaciones hechas para pedir el respeto al cuerpo de la mujer y su autonomía, carecen de relevancia para quienes denomina de “mujeres normales”, sobre todo, en momentos como efectuar el supermercado y recoger a los hijos de las clases de catecismo. Y la tercera es que las mujeres tienen como tarea suprema dar la vida y engendrar tal como la Iglesia defiende. Todo esto en la Introducción del texto que sirve básicamente para que el lector reconozca cuáles son las supuestas causas de la inestabilidad en las familias de la época actual. Ya en la página 27 viene la primera epístola dirigida a Mónica. *¿Cómo es posible que pienses en no casarte?!* Interpela la autora y refuerza un consejo no solicitado, pero publicado, con sus justificaciones conservadoras/religiosas: la mujer fue llamada para dar la vida y para eso es imprescindible obtener el sacramento del matrimonio. Tienes que aprender a ser sometida como dice San Pablo. O sea, quedarte debajo de tu marido y tus hijos, aceptando y dejando pasar las cosas. En las otras 10 epístolas los reclamos, juicios y defensa de los estereotipos continúan. Sus propias hijas llegan a ser incluidas en el discurso; solo que con ellas trabaja bajo la narración y el símbolo del príncipe azul. Aquel por quien se debe esperar bien maquillada y sin cuestionarse sobre lo que se puede desear en la vida. La respuesta sobre el futuro de toda mujer ya fue dictada: serás madre y esposa.

Así fue en la época de sus abuelas y así debería ser ahora, argumenta Miriano, solo

que entre la época de su abuela Gina y ella apareció el feminismo. Entonces ahora se volvió “obligatorio” trabajar. Para la periodista esto en lugar de volverse un derecho, se convirtió en una desventaja pues las mujeres se volvieron hombres.

Sus hijas, y los lectores en general, son entonces llamados a aprender de su experiencia y “sabiduría” pues ella cree conocer cuál es el secreto de ser una buena mujer. Misterio contenido en un antiguo refrán italiano *che piaccia, che taccia e che stia in casa*. Traducido significa: que guste de ti, que se quede callada y que se quede en casa.

Con un tono irónico y una narrativa ligera, y que mezcla peligrosamente algunas bromas para ganar la simpatía de los lectores, va luego incrementando algunas lecturas literales del libro gordo del catolicismo. Ahí desde el Génesis se habla de las diferencias básicas entre hombre y mujer y es también allí donde Miriano encuentra el sentido por el que la mujer necesita ser sumisa y obediente como un “acto de generosidad con los hombres”.

La periodista italiana continúa así su redacción donde intenta persuadir sobre cómo la sumisión es un acto de libertad y que fue el primer gran acto de reivindicación del cristianismo hacia la mujer. Se olvida así de pensar en aquel *best seller* (la Biblia) como un texto escrito por hombres que debe ser leído y revisado con ojos críticos. Sea por católicos o no católicos.

No piensa además en los avances que la propia Teología ha efectuado sobre estos temas. En cómo la Teología Feminista surgió como una derivación de la Teología de la Liberación y efectúa continuos llamados para establecer relaciones libres y recíprocas, sin sumisión ni dominio por ninguno de los individuos que la conforman. Costanza Miriano hace básicamente todo lo contrario a lo que los defensores de derechos y, alguna vez, la propia Iglesia ha reclamado: es necesario buscar prácticas

y dichos contradictorios contra las mujeres, para luego llegar al camino de su liberación. Miriano encuentra hechos y dichos, pero los usa para fortalecer cadenas.

El camino de la lucha constante no es uno que la autora esté dispuesta a explorar. Para ella quien lo hace se convierte en alguien insoportable, sobre todo, si es una mujer. “El mundo está en nuestras manos, por tanto, está en un mal lugar porque nosotras –mujeres– nos hemos extraviado”, asegura en la página 58.

Sin embargo las críticas que su libro provoca no quedan solo para quien lo escribió. El hecho de que el Arzobispado de Granada apoyó su traducción y publicación provoca preguntarse ¿hasta dónde el catolicismo de

“vieja escuela” puede llegar a cerrar los horizontes que se abrieron en algún momento para buscar la equidad?

Pero también ¿por qué la postura institucional crítica solo llegó del Estado Español que pidió –sin ser escuchado– retirar el libro de la venta, pero no de la Conferencia Episcopal Española ni del Vaticano?

Miriano tiene con seguridad una visión femenina del matrimonio, pero nunca tendrá una postura feminista sobre él. Parece más una discípula perezosa y acomodada de las jerarquías donde la costumbre del patriarcado vuelve la lucha menos voluminosa, pero también infructífera.

María León Molina

Miguel Oliveira

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: moliveira@ces.uc.pt

Andreia Barbas

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Av. Dr. Dias da Silva, 165, 3004-512 Coimbra, Portugal
Contacto: andreia_barbas@hotmail.com

Leonida Correia

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)
Escola de Ciências Humanas e Sociais – Pólo II, Quinta de Prados, 5000-801 Vila Real, Portugal
Contacto: lcorreia@utad.pt

Pedro Gabriel Silva

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)
Escola de Ciências Humanas e Sociais – Pólo II, Quinta de Prados, 5000-801 Vila Real, Portugal
Contacto: ppgsilva@utad.pt

María León Molina

Departamento Ciências da Vida, Universidade de Coimbra
Calçada Martim de Freitas, 3000-456 Coimbra, Portugal
Contacto: mariuxi.leon@gmail.com
